

Agente Comunitário Escolar

Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro realiza projeto com estudantes da Região Serrana para criar cultura preventiva



Segundo o Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro, desenvolvido pela ESDEC/RJ (Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro), lançado em junho de 2012, no IX Fórum Nacional de Defesa Civil, em Angra dos Reis/RJ, e publicado na revista **Emergência**, em agosto de 2012, as principais ameaças de desastre de origem natural no território fluminense, dentre as 19 citadas pelos municípios, são: deslizamentos (18%), enchentes (15,4%), alagamentos (14,6%) e enxurradas (13%).

Observa-se que tais ameaças são potencializadas pelas intensas precipitações pluviométricas, típicas do verão e, portanto, de caráter sazonal. Porém, nota-se que apesar de ter origem em um fenômeno da natureza, o desastre provavelmente será provocado pela ocu-

pação irregular, desordem urbana e déficit habitacional, gerando danos humanos, materiais e ambientais, além de consequentes prejuízos socioeconômicos, contrariando-se a máxima dos “desastres naturais”. Tal equação possui componentes antropogênicos históricos, pois há cerca de 60 anos agravam o quadro desastroso fluminense e nacional. Desde quando o Brasil iniciou seu processo de transição de um país rural até o presente urbano, tendo como consequência a migração populacional em direção aos grandes centros, o inchaço das metrópoles e formação de favelas. Logo, componentes políticos, sociais, econômicos e geográficos, principalmente na Região Serrana, onde há ausência de espaço físico em local seguro para alojar toda a população residente em área de risco geológico, tornam o cenário ainda mais complexo, entretanto, de clara compreensão.

Por outro lado, as construções realizadas sem acompanhamento técnico ou autorização das prefeituras, situadas à margem dos rios, embaixo ou em cima dos barrancos, além do lixo doméstico

despejado indiscriminadamente na natureza, a prática das queimadas e a pouca participação popular nas iniciativas da RRD (Redução do Risco de Desastres) nas comunidades, demonstram haver também uma forte manifestação do componente educacional. Sendo assim, é necessária a implantação de projetos que tenham como objetivo promover a mudança de comportamento, por meio do desenvolvimento de uma cultura preventiva.

Contudo, esta meta só será alcançada caso seja formada uma nova geração consciente da importância do papel protagonista de cada um, governantes e cidadãos, para o incremento da resiliência frente aos desastres. Ou seja, pode-se afirmar, categoricamente, que o trabalho da Defesa Civil com as crianças e os jovens, tanto nas escolas quanto nas comunidades, é de vital importância, pois é a vacina e não o remédio.

FUNDAMENTAÇÃO

O Marco de Ação de Hyogo da ONU (Organização das Nações Unidas) preconiza, entre outras prioridades de ação,

Paulo Renato Martins Vaz - tenente-coronel do CBMERJ (Corpo de Bombeiros do Estado do RJ), mestrando em Defesa e Segurança Civil pela UFF (Universidade Federal Fluminense) e diretor da ESDEC/RJ (Escola de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro). paulorenato@defesacivil.rj.gov.br

Airon Bodstein de Barros - professor e coordenador do Programa de pós-graduação em Defesa e Segurança Civil da UFF (Universidade Federal Fluminense).

Tabela 1

Escolas municipais e alunos participantes do projeto Agente Comunitário Escolar			
Município de Nova Friburgo			
UPC	Comunidade	Estabelecimento de Ensino	Alunos participantes
1	Jardim Ouro Preto	E. M. Rui Barbosa	29
2	Vilage	C. M. Odette Penna Muniz	39
3	Cordoeira	E. M. Padre Rafael	19
4	Tingly	E. M. Jardel Hottz	26
5	Ruy Sanglard	E. M. Rui Barbosa	29
6	Chácara do Paraíso	E. M. Herminia dos Santos Silva	27
7	Catarcione	E. M. Claudir Antonio de Lima	25
8	Jardimlândia / Prado	C. M. Umbelina Breder de Queiroz	19
9	Loteamento Santa Inês - Tauru	C. M. Umbelina Breder de Queiroz	26
10	Jardim Califórnia	C. M. Umbelina Breder de Queiroz	34
11	Olaria / Barroso	E. M. Demerval Barbosa Moreira	28
12	Córrego Dantas	C. M. Adezir Almeida Garcia	18
13	Prainha	E. M. Vevey La Joyle	47
14	Campo do Coelho	E. M. Vevey La Joyle	50
15	Granja Spinelli	E. M. Alberto Meyer	11
16	Floresta / 3 Irmãos	E. M. Rui Barbosa	27
17	São Geraldo	C. M. Odette Penna Muniz	36
18	Santa Bernadete	C. M. Odette Penna Muniz	39
19	Duas Pedras	C. M. Odette Penna Muniz	40
20	Riograndina / Marangá	E. M. Rui Barbosa	26
Total do município:			595
Município de Teresópolis			
UPC	Comunidade	Estabelecimento de Ensino	Alunos participantes
21	Rosário / Perpétuo	Centro Educ. Rose Dalmaso	30
22	Vale da Revolta	E. M. Sakurá	34
23	Barroso	E. M. Sebastião Mello	54
24	Caleme	Centro Educ. Beatriz Silva	34
25	Granja Florestal	Centro Educ. Beatriz Silva	35
26	Quinta Lebrão	E. M. Sakurá	34
27	Fonte Santa	E. M. Manoel Medeiros Sobrinho	56
28	Coreia	E. M. Durvalino de Oliveira	47
29	Corta Vento	Centro Educ. Nossa Sr ^a . de Fátima	32
30	Caxangá	Centro Educ. Helena Paula Tavares	28
Total do município:			384
Município de Petrópolis			
UPC	Comunidade	Estabelecimento de Ensino	Alunos participantes
31	Morro dos Ferroviários	E. M. Vereador José Fernandes	35
32	Vila Felipe / D. João Braga	E. M. Rubens de Castro Bomtempo	32
33	Independência / Taquara	E. M. Prefeito Jamil Sabrá	29
34	Duques	E. M. Odette Fonseca	24
35	Quitandinha	E. M. Marcelo Alencar	19
36	Valparaíso / Dr. Thouzet	E. M. Paroquial Bom Jesus	30
37	São Sebastião	E. M. Papa João Paulo II	30
38	24 de Maio	E. M. Clemente Fernandes	35
39	João Xavier / Siméria	E. M. Stefan Zweig	31
40	Sargento Boening	E. M. Ana Mohammad	30
Total do município:			295
Município de Bom Jardim			
UPC	Comunidade	Estabelecimento de Ensino	Alunos participantes
41	S. Miguel / Campo Belo / Maravilha	E. M. Moreira Franco	26
42	Banquete	E. M. Amanda Farias Almeida	27
Total do município:			53
Total do projeto ACE:			1.327

que é necessário desenvolver uma maior compreensão e conscientização, incluindo o tema da RRD na educação formal e não formal, e igualmente nas

atividades de capacitação.

Ainda no contexto internacional, a Carta das Crianças para a RRD, em 2011, desenvolvida pela UNICEF (Fundo In-

ternacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância) por meio de consulta a mais de 600 crianças em 21 países da África, Ásia e América Latina, incluindo o Brasil, afirma que as escolas devem ser locais seguros, que a educação não deve ser interrompida pelos desastres e que as crianças têm o direito de participar e ter acesso à informação necessária para a Redução do Risco de Desastres.

No Brasil, por sua vez, a Lei nº 12.608/2012, que instituiu a PNPDEC (Política Nacional de Proteção e Defesa Civil), por meio do seu art. 29, alterou o art. 26 da Lei nº 9.394/1996, que estabelece a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) da Educação Nacional, a qual passou a vigorar determinando que os currículos do ensino fundamental e médio devem incluir os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental de forma integrada aos conteúdos obrigatórios, fato ainda pouco conhecido tanto pelos militantes da área de Defesa Civil quanto da Educação.

OBJETIVO

O artigo não apenas pretende apresentar uma proposta, mas também incentivar a inclusão do tema Defesa Civil na Escola, tornando pública a experiência da SEDEC/RJ (Secretaria de Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro) com o projeto ACE (Agente Comunitário Escolar), desenvolvido pela ESDEC/RJ (Escola de Defesa Civil do Estado Rio de Janeiro) na Região Serrana do estado.

METODOLOGIA

Após aprovação da SEDEC/RJ, o projeto ACE foi imediatamente apresentado aos REDECs (Coordenadores Regionais de Defesa Civil) das Regiões Serrana I e II e aos secretários municipais de Defesa Civil das quatro prefeituras envolvidas.

Logo após, o diretor da ESDEC/RJ se reuniu com os quatro secretários municipais de Educação para propor-lhes o projeto, redefini-lo e estabelecer, conjuntamente, o cronograma de atividades, o qual já havia sido esboçado antecipadamente, durante o planejamento pedagógico da ESDEC/RJ, prevendo aulas até o final do ano letivo de 2013. É importante ressaltar que para trabalhar na escola, com a escola e para a escola, há

que se dialogar, antes de tudo, com os profissionais da instituição. Nenhum projeto logrará êxito na comunidade escolar se não for construído horizontalmente. Assim, após autorização das respectivas prefeituras, a ESDEC/RJ também debateu o projeto ACE diretamente com os 31 diretores das escolas participantes durante todo o ano letivo.

O Projeto Agente Comunitário Escolar foi idealizado no contexto das UPCs (Unidades de Proteção Comunitária), localizadas nas 42 comunidades de maior risco geológico da Região Serrana e identificadas previamente pelo DRM/RJ (Departamento de Recursos Minerais). Optou-se por trabalhar com as escolas municipais devido à capilaridade delas nos territórios e à menor faixa etária das crianças, em média, neste caso, de 10 a 15 anos, prolongando-se, assim, os resultados do projeto. Considerou-se, ainda, o viés de suporte às municipalidades, talvez sendo este o principal papel dos estados.

No total, 1.327 escolares, estudantes e residentes no entorno das áreas de risco, do 5º ao 8º ano do Ensino Fundamental, de 42 turmas, sendo cada uma delas vinculada a uma UPC, de 31 escolas das prefeituras de Petrópolis (10), Teresópolis (8), Nova Friburgo (11) e Bom Jardim (02), foram capacitados em cinco módulos mensais de ensino, nos meses de junho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2013. Respeitando o recesso escolar do mês de julho, cada módulo teve quatro horas de duração, além da execução do exercício prático de desocupação de escolas, com quatro horas

práticas, e efetuado para conclusão do curso, totalizando 24 horas/aula. Todas as atividades foram aplicadas por oficiais bombeiros-militares, instrutores da ESDEC/RJ.

O primeiro módulo, aplicado em junho, abordou o histórico da Defesa Civil, o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e as Terminologias e Conceitos Básicos. O segundo, no mês de agosto, trouxe temas como Educação Ambiental, Percepção de Risco de Desastres e Sistema de Alerta e Alarme por Sirenes, tendo o apoio da ONG CARE Brasil. O Mapa de Ameaças Naturais do Estado do Rio de Janeiro e o Plano de Contingência da Família foram debatidos no terceiro módulo, em setembro. O quarto teve o apoio da Cruz Vermelha Brasileira, no mês de outubro, com ensinamentos de Primeiros Socorros e Transporte de Acidentados. O quinto e último módulo, realizado em novembro, teve Atividades Operacionais de Preparação para o Exercício Prático de Desocupação de Escolas, que ocorreu no dia 29 de novembro, concluindo o curso.

Fez-se questão de que cada módulo mensal fosse aplicado em horários diferentes, de forma que não houvesse, constantemente, coincidência do projeto com a mesma matéria e professor. Além disto, com esta estratégia, possibilitou-se que diferentes docentes acompanhassem as atividades, ampliando-se, naturalmente, a abrangência do ACE.

O projeto foi concluído no dia 29 de novembro, quando todas as escolas realizaram o exercício prático de desocu-

pação de suas instalações, por ocasião da celebração do Dia Estadual de Redução do Risco de Desastres, mobilizando-se um total de 8.059 membros da comunidade escolar, entre alunos, professores, funcionários e diretores.

Os estudantes que participaram do projeto receberam uniforme personalizado do Agente Comunitário Escolar como camisetas e bonés nas cores laranja e azul. O certificado de conclusão foi entregue após a realização do exercício de evacuação das escolas, no qual os futuros formandos trabalharam como monitores dos alunos que não participaram do projeto.

CONCLUSÃO

Apesar de recente no Brasil, a inclusão do tema Defesa Civil na Escola já é uma realidade em diversos países, incluindo nações da Ásia, África e América Latina. Há relatos de experiências educacionais de RRD tanto com ações diretas com os alunos, estratégia utilizada pelo ACE, como formando o professor para que este seja o multiplicador na comunidade escolar.

De qualquer forma, conclui-se que mais importante do que a metodologia a ser empregada é iniciar o processo. Trabalhar o tema Defesa Civil com as crianças, no intuito de criar uma cultura preventiva nas futuras gerações, deve ser encarado como uma política de Estado e não apenas como boas práticas, pois dela dependerá o futuro do planeta e, conseqüentemente, a sobrevivência da espécie humana. ■



**GRUPO DE FOMENTO A
SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO**
NÚCLEO DE PESQUISA EM ARQUITETURA
E URBANISMO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Conselho Consultivo do GSI
Alexandre Itiu Seito (engenheiro), Alfonso Antonio Gill (engenheiro e bombeiro da reserva PMESP), Rosaria Ono (arquiteta e professora da USP), Silvio Bento da Silva (bombeiro da reserva PMESP), Ualfrido Del Carlo (engenheiro e professor aposentado da USP) e Valdir Pignatta e Silva (engenheiro e professor da USP).

Eventos GSI 2014:

Fevereiro: Palestra "Reflexões sobre a estrutura de responsabilidade profissional na segurança contra incêndio" – Palestrante: Eng. Mecânico e Dr. Jorge Gil Saraiva, Pesquisador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal e Prof. Titular Visitante da FAUUSP.

Março: Curso introdutório sobre Controle de Fumaça (12 horas) – Instrutor: Eng. Mecânico e

Dr. Jorge Gil Saraiva, Pesquisador do Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal e Prof. Titular Visitante da FAUUSP.

Outubro: 2º Workshop GSI – Formação e Educação em Segurança contra Incêndio
Maiores informações serão divulgadas em futuras edições da revista Emergência e podem ser obtidas, oportunamente, também por meio da página do GSI.

Para contato com o GSI por e-mail: nutaugsi@usp.br | Página do GSI: www.gsi-incendio.com.br